

Sistema insustentável

A 48ª Legislatura do Congresso Nacional chega ao fim nesta semana com uma reafirmação dos impasses e deficiências que a caracterizaram e que levaram os eleitores a promoverem uma renovação de mais de 60% nas bancadas estaduais. A última sexta-feira foi um dia exemplar do que tem sido a rotina do Legislativo. Enquanto as lideranças tentavam em "petit comité" um acordo com a área econômica do governo em torno de um projeto de conversão à medida provisória sobre política salarial, a maioria dos parlamentares presentes participava ou assistia a uma irrelevante polêmica sobre a moralidade do festival Rock in Rio. Na falta de acordo, os governistas retiraram o quorum que provavelmente permitiria a aprovação do projeto oposicionista.

Nesta segunda-feira, as negociações entre o Congresso e o governo não avançaram, em parte devido à falta de interlocutor. Com isso, dificilmente o País terá uma nova política salarial antes do início da próxima legislatura. O problema não seria grave, já que a 49ª Legislatura tem início no final desta semana. Como os tribunais superiores ainda estão em recesso, o País fica, na prática, sem política salarial, pois a Lei 8.030, que voltou a vigorar com a liminar que suspendeu a MP 292, só representa uma alteração significativa das regras que regem os salários no momento, na medida em que permite a reposição das perdas passadas pela via judicial. Nestas circunstâncias, o Planalto deverá editar no-

va medida provisória, dando prosseguimento à relação de gato e rato que o Executivo e o Legislativo vêm mantendo nesta área desde o começo do ano passado. Seria uma situação curiosa se não provocasse enormes e custosos transtornos ao País ao gerar uma desnecessária turbulência nas relações trabalhistas.

Nos próximos dias, a atividade política no Congresso estará concentrada nas questões internas, em particular na definição das mesas da Câmara e do Senado. Mais uma vez, a praxe e os regulamentos contribuirão para que o Legislativo se afaste não só dos problemas mais imediatos da população, como também da maioria dos próprios parlamentares. Assim como nas Nações Unidas a maioria dos países assiste à evolução de uma guerra legitimada pela pressão dos membros permanentes do Conselho de Segurança, no Congresso, 60% dos 584 parlamentares — os recém-eleitos — estão virtualmente excluídos das negociações realizadas visando à definição das mesas.

Urge reformular os regimentos internos do Senado e da Câmara a fim de dar uma nova dinâmica à vida parlamentar. É difícil sustentar a legitimidade de normas que transformam a maioria dos detentores de mandato popular em legisladores de segunda classe ao mesmo tempo em que permitem que manobras de pequenos grupos obstaculizem a tramitação de projetos da maior relevância social.